

<p>Produto 2: Sistema Nacional de Direitos Humanos reforçado</p>	<p>2.1 # de relatórios, atempadamente, apresentados à RPU, órgãos de tratado e procedimentos especiais, e assembleia nacional</p> <p>2.2 # de recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU) plenamente implementadas pelo Governo</p>	<p>EACDH</p> <p>MoJ, CNDH</p>	<p>Pedido do EACDH</p> <p>Verificar o Relatório Intermédio da RPU – Julho de 2018?</p>			<p>Começar o processo de consulta nacional relativo ao 3º ciclo da RPU</p>	<p>Começar a esboçar para o 3º ciclo da RPU</p>	<p>Apresentar o relatório sobre o 3º ciclo da RPU do Estado e da OSC para Moçambique</p>	<p>Apresentação de relatórios precisos sobre as recomendações do 2º ciclo da RPU, apresentadas no relatório Intermédio (Julho de 2018) e apresentação do relatório sobre o 3º ciclo (pelo Estado e OSCs), a demonstrar a plena implementação de todas as recomendações da RPU</p>	
--	--	-------------------------------	--	--	--	--	---	--	---	--

	<p>2.3 Acreditação de INDH, conforme os Princípios & relações, formalizada com NANHRI/GANHRI</p>	GANHRI	IDHN não acreditada e com fracas relações	Articulação e envolvimento com a NANHRI e GANHRI plenamente estabelecida			<p>Problema de linguagem, devido a falta de envolvimento de lusófonos da NANHRI e GANHRI</p> <p>Falta de compromisso e orçamento do Estado, de forma a permitir a plena independência da CNDH, e capacidade de implementar o seu mandato</p>
	<p>2.4. # de iniciativas específicas realizadas em Cabo-Deigado, Tete, Nampula, Manica e Sofala, para apoiar a agenda de direitos humanos</p>	CNDH	?				
	<p>2.5. Número de funcionários do estado treinados pela CNDH em RH, repartidos por sexo e região</p>	CNDH, MoH	?				
	<p>2.6. # de casos de violações de RH identificados através de consultas, investigados e concluídos pela CNDH</p>	CNDH	?				
	<p>2.7. # de OSCs e CBOs envolvidas em intervenções e campanhas de sensibilização do CNDH</p>	CNDH e OSCs	0?				
<p>Produto 3: Acesso da mulher à justiça e direitos humanos reforçado, centrado na violência baseada em género</p>	<p>3.1. % do aumento do número de mulheres & meninas que se beneficiam de assistência jurídica (informação, aconselhamento e/ou representação jurídica) em áreas seleccionadas, incluindo prisões e esquadras</p>	IPAJ, MOJ, OSCs	Verificar estatísticas do IPAJ	Aumento anual			

3.2. # de esforços de reforma jurídica e/ou institucional implementados para reforçar a resposta à VSG no sector da justiça criminal	MOJ, OSCs	Não há dados de base	Estudo de base sobre a resposta do sector da justiça criminal à VSG lançado e esforços de coordenação em curso.	Estudo de base sobre a resposta do sector da justiça criminal à VSG lançado e esforços de coordenação em curso.	Esforços de reforma em curso ao nível central e implementados em regiões-piloto	Instituições do sector da justiça criminal plenamente sensíveis à VSG e Género nas áreas-piloto	
3.3. Políticas de recursos humanos estabelecidas, a fim de formalizar o recrutamento e promoção de mulheres em instituições fulcrais, incluindo a Polícia, Serviços Prisionais, Procuradoria Magistratura, etc.	MOJ	?	Mapeamento de base realizado				
3.4. Melhorias identificadas no que respeita ao recrutamento, retenção e promoção de Agentes da Polícia & Guardas Prisionais, Pessoal da Procuradoria e de Assistência Jurídica do sexo feminino (com base nos registos dos RH)	MOJ, OSCs	?	ibid				
3.5. # de intervenientes do sector da justiça, OSCs e organizações comunitárias treinados para lidar com a VSG (repartidos em jovens e mulheres)	MOJ, SC, OSCs,	?					

	Maiores % de número de casos de VBG e maior % do número de casos processados	MOJ, SC, OSCs	?	Mapeamento de base realizado				
Produto 3.1 Resposta do sistema de justiça criminal a Violência Baseada no Género aprimorada.	3.1.1 Número de leis, regulamentos e políticas revistas, sobre a eliminação da Violência Baseada no Género (VBG), que respondem adequadamente aos direitos de todas as mulheres e raparigas, em linha com os padrões internacionais de direitos humanos e tratados recomendações e que permitem punir perpetradores.	Parlamento MJCR MINT	Projeto de revisão do código penal, e Legislação específica de GBV existentes no País		Reformas institucionais pertinentes implementadas			Relatórios do MJCR e MINT.
	3.1.2 Número de planos de ação elaborados, sobre a eliminação da Violência Baseada no Género (VCIM), na Polícia e na Justiça, que respondem adequadamente ao Plano Nacional de Ação de VBG.	MGCAS MJCR MINT	Plano Multisectorial de VBG e Existente Plano do MISAU.	Elaboração do plano da Polícia	Elaboração do plano da Justiça			Relatórios do MJCR e MINT.
	3.1.3 Número de estratégias, planos, programas entre outros documentos internos do sector de relevantes que integram esforços para acabar com a VBG de mulheres e raparigas, desenvolvida de acordo com os padrões internacionais de DH.	MJCR MINT						Relatórios do MJCR e MINT.
	3.1.4 Número de funcionários governamentais do MJCR e do MINT, incluindo do Parlamento com maior conhecimento, capacidades e ferramentas para prevenir e combater a VBG.	MJCR MINT	Lista de participantes no final das atividades de treinamento Documentos do PES					Relatórios do MJCR e MINT.
	3.1.5 Número de reuniões mensais/ anuais do mecanismo de coordenação nacionais e / ou subnacionais de VBG atendidas pelos funcionários (pontos focais centrais e provinciais de VBG da Justiça e do MINT)	MJCR MINT						Relatórios do MJCR e MINT.

	<p>3.1.16 # de instituições nacionais e sub-nacionais de formação para funcionários do MINT e da Justiça que integraram a igualdade de género e a prevenção e o combate de VBG e a promoção do DSSR de mulheres e raparigas, nos seus currículos de acordo com as normas internacionais.</p>	<p>CFFJ Escola de Formação de Guardas Prisionais, ACIPOL Escola Prática Policiais de Matalana</p>						<p>Relatórios do MJCR e MINT.</p>
	<p>3.1.17 # de mecanismos nacionais, regionais e locais de coordenação, informação, comunicação de VBG, cuja presença e participação dos intervenientes do sector da justiça e polícia tenham sido todos reforçados.</p>	<p>MJCR MINT</p>						<p>Relatórios do MJCR e MINT.</p>
	<p>3.1.18 Número de para-legais, líderes comunitários e outros auxiliares do sistema de justiça comunitária capacitados e com maior conhecimento, capacidades e ferramentas para prevenir e combater a VBG.</p>	<p>MJCR MINT</p>						<p>Relatórios do MJCR e MINT.</p>
	<p>3.1.19 # de recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU) sobre VBG plenamente implementadas pelo Governo (MINT e MJCR).</p>	<p>MJCR MINT</p>						<p>Relatórios do MJCR e MINT.</p>
<p>Produto 3.2. Serviços de assistência jurídica mais sensíveis ao género</p>	<p>3.2.1 % do número de mulheres & meninos que se beneficiam de qualquer serviço de assistência jurídica (informação, aconselhamento e/ou representação legal, entre outros) em áreas seleccionadas, incluindo nas prisões e esquadras.</p>	<p>IPAJ, SERNAP, MJCR, MINT, OSCs</p>	<p>Aumento anual</p>	<p>Implementação de um estudo de base</p>				<p>Relatórios do MJCR e MINT.</p>
	<p>3.2.2 # de iniciativas específicas realizadas de prevenção e combate a agenda de VBG e direitos humanos.</p>	<p>MJCR MINT</p>						<p>Fraco sistema de M&A que permite captar informações e reportar a um sistema maior.</p>

3.2.3 # de mulheres e homens que recorrem aos Palácios da Justiça anualmente pra buscar justiça associada a VBG.	MJCR MINT					Fraco sistema de M&A que permite captar informações e reportar a um sistema maior.
3.2.4 # de pessoas assistidas pelo IPAJ, e pelos Departamentos de Criança e Família Vítimas de VBG repartidas por sexo e região.	MJCR MINT					Fraco sistema de M&A que permite captar informações e reportar a um sistema maior.
3.2.5 % de casos resolvidos pelos Serviços Integrados de Justiça (Palácios de Justiça), comparada ao número total de consultas.	MJCR MINT					Fraco sistema de M&A que permite captar informações e reportar a um sistema maior.
3.2.6 # de pessoas que recebem assistência jurídica a partir de carevanas de justiça ou outras iniciativas das OSC's repartidas por sexo e região.	OSC's					Fraco sistema de M&A que permite captar informações e reportar a um sistema maior.
3.2.7 # de pessoas que recebem assistência jurídica a partir de para legais e outros sistemas de justiça comunitária ou outras iniciativas comunitárias das repartidas por sexo e região.	MJCR MINT OSC's					Fraco sistema de M&A que permite captar informações e reportar a um sistema maior.
3.2.8 # de pessoas que recebem assistência jurídica a partir de tendas de justiça ou outras iniciativas das OSC's repartidas por sexo e região.	MJCR MINT OSC's					Fraco sistema de M&A que permite captar informações e reportar a um sistema maior.
3.2.9 Número de organizações da sociedade civil que têm maior conhecimento e capacidades para prestar serviços essenciais de qualidade e coordenados a mulheres / raparigas vítimas / sobreviventes de VCMR, incluindo VSBG / PN	Relatório Anual da OSC	Inquérito ao beneficiário	Relatórios de Monitoria de projectos			

<p>Produto 3.3. Os sectores da Policia e Justiça com Maior representação da mulher.</p>	<p>3.2.10 Número de casos de acolhimento existentes que permitem prestar serviços essenciais de qualidade e coordenados a mulheres / raparigas vítimas / sobreviventes de VCMR, incluindo VBG / PN.</p>	Relatório Anual OSC	Relatórios de Monitoria de projectos																		
	<p>3.2.11. Maior % de número de casos de VBG reportados e maior % do número de casos processados.</p>	MJCR MINT																			
	<p>3.2.12 % de mulheres integradas em iniciativas de rendimento que permitam a sua inserção socioeconómica mulheres / raparigas vítimas / sobreviventes de VCMR, incluindo VBG / PN.</p>	Relatório Anual OSC																			
	<p>3.3.1. Número de estratégias sectoriais de género elaboradas, sobre o avanço da mulher na Policia e na Justiça, que respondem adequadamente a Estratégia de género da Função Publica e ao Plano Nacional de género do Governo.</p>	MJCR MINT																			
	<p>3.3.2. Numero de estudos sobre a analise de género nos sectores de justiça e segurança.</p>	MJCR MINT	Não há dados de base						Estudo de base sobre a situação de género	Estudo de base sobre a resposta do sector											
	<p>3.3.3 Políticas de recursos humanos estabelecidas, a fim de formalizar o recrutamento e promoção de mulheres nessas instituições de justiça e segurança.</p>	MJCR MINT							Mapeamento de base realiza do												

MONITORIA E AVALIAÇÃO

Segundo as políticas e procedimentos de programação do PNUD, o projecto será monitorado nos termos dos seguintes planos de monitoria e avaliação: [Nota: Os planos de monitoria e avaliação devem ser adaptados ao contexto do projecto, conforme necessário]

Plano de Monitoria

Actividade de Monitoria	Finalidade	Frequência:	Medida Prevista	Parceiros (se tratar-se de uma colectiva)	Custo (se houver)
Acompanhar o progresso dos resultados	Os dados do progresso face aos indicadores de resultados no DRR, serão levantados e analisados a fim de avaliar o progresso do projecto no que respeita a concretização dos Produtos acordados.	Trimestralmente, ou na frequência necessária para cada indicador.	O progresso mais lento do que o esperado será resolvido pela gestão do projecto		
Monitorar e Gerir Riscos	Identificar riscos específicos que podem ameaçar a concretização dos resultados pretendidos. Identificar e monitorar acções de gestão de risco, usando um registo de riscos. A presente inclui medidas e planos de monitoria, que podem ter sido exigidas, conforme as Normas Sociais e Ambientais do PNUD. As auditorias serão realizadas em conformidade com a política de auditoria do PNUD para gestão de riscos financeiros.	Trimestral	Os riscos são identificados pelos responsáveis pela gestão do projecto e medidas são tomadas de forma a gerir os riscos. O registo de riscos é activamente actualizado a fim de acompanhar os riscos identificados e medidas tomadas.		
Aprender	O conhecimento, as boas práticas e as lições serão registadas regularmente, bem como activamente adquiridas de outros projectos e parceiros, e integradas no projecto relevante.	No mínimo, anualmente	As lições relevantes são registadas pela equipe do projecto e usadas para substanciar decisões de gestão.		
Garantia da Qualidade do Projecto Anual	A qualidade do projecto será avaliada com base nos padrões de qualidade do PNUD, de modo a identificar os pontos fortes e fracos do Projecto e substanciar as decisões tomadas pela equipa de gestão de forma a melhorar o projecto.	Anualmente	As áreas fortes e fracas serão avaliadas pelo projectos para substanciar decisões, de modo a melhorar o desempenho do projecto.		
Rever e Efectuar	Revisão interna dos dados e evidência de todas	No mínimo,	Os dados, riscos, lições e a		

Correcções de Rumo	<i>as medidas de monitoria para substanciar a tomada de decisões.</i>	<i>anualmente</i>	<i>qualidade relativos ao desempenho serão discutidas pelo conselho do projecto e usadas para efectuar correcções de rumo.</i>		
Relatório Do Projecto	<i>Um relatório de progresso será apresentado ao Conselho do Projecto e os seus principais intervenientes, no qual constam dados de progresso, que apresentam os resultados alcançados com base nas metas anuais predefinidas ao nível de Produtos, o sumário da classificação anual da qualidade do projecto, um registo de riscos actualizado, que apresenta medidas de mitigação, e quaisquer outros relatórios de avaliação ou revisão preparados durante o período relevante.</i>	<i>Anualmente, e no final do projecto (relatório final)</i>			
Revisão do Projecto (Conselho Directivo do Projecto)	<i>O mecanismo de governação do projecto irá realizar, regularmente, revisões do projecto para avaliar o desempenho do projecto e revisar o Plano de Trabalho Plurianual, a fim de garantir uma orçamentação realista durante o decurso do projecto. No último ano do projecto, o Conselho do Projecto deverá realizar uma revisão de fim de projecto, que vise registar as lições aprendidas e discutir sobre as oportunidades de crescimento e partilhar resultados do projecto e lições aprendidas com o público relevante.</i>	<i>Especificar frequência (isto é, no mínimo, anualmente)</i>	<i>Quaisquer preocupações relacionadas com a qualidade ou progresso mais lento do que o previsto devem ser discutidas com o conselho do projecto e acordadas medidas de gestão a fim de resolver as questões identificadas.</i>		

Plano de Avaliação⁶²

Título da Avaliação	Parceiros (se tratar-se de uma colectiva)	Produto Relativo ao Plano	Resultado do UNDAF/CPD	Data de Conclusão Prevista	Intervenientes Principais na Avaliação	Custo e Fonte do Financiamento
---------------------	---	---------------------------	------------------------	----------------------------	--	--------------------------------

<p>Inicial Defensores públicos e Capacitação específica em matérias de contencioso administrativo, protecção social, elaboração de peças processuais e outras que se mostrarem necessárias</p> <p>1. Formação inicial por 45 dias (formação dos Defensores Públicos para o início do exercício do mandato forense)</p> <p>2. Contencioso administrativo por 5 dias</p> <p>3. Capacitação em matérias de protecção social por 5 dias</p> <p>4. Capacitação em elaboração de peças processuais por 5 dias</p>	50,0000	50,0000	50,0000	IPAJ - CFJJ	30 Defensores Públicos de todas as provincias	PNUD	passagens, aéreas, alojamento, ajudas de custo, fees dos formadores	150,000
	15,000	17,000	17,000	IPAJ - CFJJ	30 Defensores Públicos de todas as provincias	PNUD	passagens, aéreas, alojamento, ajudas de custo, fees dos formadores	49,000
	15,000	17,000	17,000	IPAJ - CFJJ	30 Defensores Públicos de todas as provincias	PNUD	passagens, aéreas, alojamento, ajudas de custo, fees dos formadores	49,000
	15,000			IPAJ - CFJJ	30 Defensores Públicos de todas as provincias	PNUD	Passagens aéreas, alojamento, ajudas de custo, fees dos formadores	15,000
	15,000	15,000	15,000	IPAJ	TS, PGR, OAM,	PNUD	Contratacao da gráfica mat. De escritorio	45,000
Actividade 1.1.4. Elaboração e publicação do Manual de Prática Forense								

<p>Actividade 1.1.5. Instalação da base de dados utilizada a nível da CPLP: e -PAJ - Processo electrónico de assistência jurídica em parceria com Defensoria Pública da União Federativa do Brasil</p>	<p>25,000</p>	<p>20,000</p>	<p>20,000</p>	<p>20,000</p>	<p>20,000</p>	<p>IPAJ</p>	<p>4 Especialistas Internacionais da para instalar a base e formar formadores e operadores de áreas distintas do Sector da Justiça</p>	<p>PNUD</p>	<p>Viagens para o Brasil- Maputo-Brasil, alojamento, perdiem, passagens, catering, material de escritório,</p>	<p>25,000</p>
<p>Actividade 1.1.6. Apoio directo à organização das caravanas e caminhadas da justiça</p>	<p>20,000</p>	<p>20,000</p>	<p>20,000</p>	<p>20,000</p>	<p>20,000</p>	<p>MICR, IPAJ, OSC,OAM</p>	<p>Funcionários ao nível central e local, OSC, OAM</p>	<p>PNUD</p>	<p>Produção de material audiovisual, passagens aéreas, viagens terrestres, alojamento, ajudas de custo,</p>	<p>60,000</p>
<p>Actividade 1.1.7. Participação em Conferências internacionais do RIPAJ (Reunião das Instituições Públicas de Assistência Jurídica da CPLP), Forum de acesso a Juticas e outras com instituições congéneres</p>	<p>10,000</p>	<p>10,000</p>	<p>10,000</p>	<p>10,000</p>	<p>10,000</p>	<p>IPAJ</p>	<p>IPAJ, PGR, TS, MICR, SERNAP</p>	<p>PNUD</p>	<p>Passagens, alojamento, perdiem, visto e demais necessidades inerentes a viagem</p>	<p>40,000</p>
<p>Actividade 1.1.8. Accoes de sensibilizacao ao cidadão</p>										

<p>1. Roadshow (palestras de disseminação e divulgação da legislação e feira de assistência jurídica)</p>	10,000	10,000	10,000	10,000	10,000	10,000	10,000	10,000	IPAJ	PNUD	Aluguer de viatura, catering, ajudas de custo, material de escritório, material de visibilidade	30,000
<p>2. Concepção e inserção de spots publicitários televisivos e radiofónicos sobre o papel do ipaj e matérias ligadas ao género</p>		25,000	25,000	25,000	25,000	25,000	25,000	25,000	IPAJ	PNUD	Producao e insercao do spot	50,000
<p>3. Campanhas de educação cívica e de incremento a cultura jurídica para a população e em particular aos grupos vulneráveis: mulheres, crianças e idosos, (junto as comunidades, escolas, estabelecimentos penitenciários)</p>		10,000	10,000	10,000	10,000	10,000	10,000	10,000	IPAJ	PNUD	Passagens aéreas e terrestres, alojamento, ajudas de custo combustível, panfletos, roll up, cartazes e folhetos	30,000
<p>4. Concepção e implantação dos outdoors sobre violência baseada no género</p>												

<p>Resultado 1.2 Reforço da Prestação de serviços de justiça no nível local</p> <p>Marcação de género: 2</p>	<p>Actividade 1.2.1 Avaliação do acesso à justiça e do mecanismo de desenvolvimento para o levantamento e análise de dados (respeita também ao Produto 1.1), incluindo o Tribunal Supremo, Procuradoria, IPAJ, SERNAP</p> <ul style="list-style-type: none"> Consultoria para elaboração de um Estudo base sobre o Acesso do Cidadão aos Serviços da Justiça 	35,000	25,000	25,000	<p>MICR-DNAJ, CFJJ, OSC/DAM</p> <p>TS, PGR, MJCR, IPAJ, SERNAP, CFJJ</p> <p>PNUD</p>	<p>Contatacao de servicos de consultoria</p> <p>35,000</p>	<p>75,000</p>
	<p>Actividade 1.2.2. Apoio directo à organização de julgamento em campanhas (juntamente com os tribunais, assistência jurídica, PGR)</p>	25,000	25,000	<p>TS, PGR, MJCR, IPAJ/SERNAP, Juizes Eleitos, tradutor, agentes da PRM e penitenciarios</p> <p>MICR-DNAJ, TS</p> <p>PNUD</p>	<p>Viagens aéreas e terrestres, ajudas de custo, acomodação, tendas (premies) catering (lanchees), stationery, comunicações, fuel, aluguer de viatura comunicações (visibilidade)</p>		

<p>Actividade 1.2.11 Formação dos juizes de tribunais comunitários e paralegais a nivel provincial</p>	<p>25,000</p>	<p>25,000</p>	<p>25,000</p>	<p>DNAI - CFJJ</p>	<p>Tribunais, Juizes Comunitários, Autoridades Locais, Paralegais, Activistas sociais, instituições da sociedade civil.</p>	<p>Viagens (terrestre) Formadores (aéreos) Ajudas de custos, acomodação, fees para formadores; catering, comunicacoes (visibilidade), fuel, stationery</p> <p>50,000</p>
<p>Actividade 1.2.12 Assegurar maior qualidade e eficácia na actuação do MP em áreas específicas e especializadas (Sistema de triagem dos Autos) nas esquadras</p>	<p>30,000</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>PGR</p>	<p>PGR, MINT, TS</p>	<p>PNUD</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Estudo 	<p>30,000</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>PGR</p>	<p>PGR, MINT, TS</p>	<p>PNUD</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Produção de manual de triagem 	<p>20,000</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>PGR</p>	<p>PGR, MINT, TS</p>	<p>PNUD</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Seminário nacional sobre o sistema de triagem dos autos 	<p>20,000</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>PGR</p>	<p>PGR, MINT, TS</p>	<p>PNUD</p>
<p>Contratacao de servicos</p>	<p>30,000</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>PGR</p>	<p>PGR, MINT, TS</p>	<p>PNUD</p>
<p>Produção e contratação da grafica</p>	<p>20,000</p>	<p>-</p>	<p>-</p>	<p>PGR</p>	<p>PGR, MINT, TS</p>	<p>PNUD</p>

	<p>Actividade 1.2.15. Apoio institucional para PGR</p> <p>Equipamento informático: 10 desktops completos, 5 laptops, 6 impressoras ; 1 Fotocopiadora Multifuncional 1 Scanner</p>	15,000				PGR			Aquisicao	15,000
	<p>Aquisição e distribuição de manuais de Direito para os órgãos subordinados do MP(5 por cada Provincia)</p>	9,000				PGR	Procuradorias Provinciais		Aquisicao manuais de Direito	9,000
Sub total do Produto 1.2								PNUD		1,219,000
Resultado 1.3 Operacionalização de sentenças alternativas	<p>Actividade 1.3.1. Assistência técnica e defesa da reforma jurídica e racionalização do quadro jurídico para penas alternativas</p>	20,000	20,000			SERNAP	SERNAP, TS, PGR, CFJJ, Lideres comunitarios,	PNUD	Contratação de serviços	20,000
Marçador de género: 2	<p>Actividade 1.3.2. Contratar serviços de consultoria para elaboração do Regulamento do código Execução de Penas Alternativas a Pena de Prisão</p>		10,000			SERNAP	SERNAP	PNUD	Consultoria e assistência técnica na elaboração do Código de Execução das PAPP	10,000

					20,000	20,000		SERNAP	SERNAP		Viagens aéreas e terrestres, ajudas de custo, acomodação, material de escritório, catering, combustível	20,000
Actividade 1.3.3. Formar operadores da rede social de apoio a execução das penas Alternativas		20,000						SERNAP	SERNAP			
Actividade 1.3.3. Integração das penas alternativas nos curricular do CFJJ para a formação e capacitação dos operadores judiciários e advogados (desenho curricular e dos programas; elaboração de manual de formação, formação de formadores)		20,000						CFJJ - SERNAP	SERNAP, Tribunais, PGR, juizes eleitos, juizes comunitários, autoridades comunitárias, instituições da sociedade civil	PNUD	Consultorias, workshops, treinamentos, impressão grafica, viagens nacionais e internacionais, DSA	20,000
Actividade 1.3.4. Formação de redes sociais para a Monitoria e Avaliação da Execução de Penas Alternativas à Pena de Prisão		17,000						CFJJ - SERNAP	SERNAP, Tribunais, PGR, OSC	PNUD	Reprodução de documentos, Catering, mat. escritorio, Combustivel, ajudas de custo, viagens nacionais	34,000
Actividade 1.3.5. Workshop regionais no âmbito do Processo de Monitoria e Avaliação do Trabalho Socialmente Util. 30 participantes por região		15,000	15,000	15,000				CFJJ-SERNAP			passagens, aéreas, alojamento, ajudas de custo, combustível, catering, material escritorio	45,000